



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA DEZESETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (17-09-2018).

No dia dezessete de setembro de dois mil e dezoito, na Câmara Municipal de Mariana, às dez horas e vinte e dois minutos, realizou-se a reunião da comissão de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Marcelo Macedo; Vice-Presidente: Daniely Cristina Alves; Vogal: Deyvson Ribeiro), sendo presidida pelo vereador Marcelo Macedo. Leitura dos Requerimentos. Estiveram presentes: a Coordenadora de Serviços de Análises e Controle de Projetos de Infraestrutura Urbana da Prefeitura de Mariana; Sra. Lidiane Menezes Rangel Martins; o Arquiteto da Projen, Sr. Raphael D'Ângelo; o Coordenador de Análises de Projeto da Prefeitura, Sr. Veber; o Coordenador da Defesa Civil de Mariana, Sr. Welbert Stopa Ferreira; o Secretário de Defesa Social, Sr. Braz Luiz de Azevedo; Relação Institucional da Fundação Renova, Sr. Bruno Marques; a Analista de Programas da Fundação Renova, Sra. Cristina Moraes; o Analista de Relacionamento Institucional da Fundação Renova, Sr. Bernardo Jardim; o Advogado da Fundação Renova, Sr. Maurício Werkema; a Advogada da Fundação Renova, Sra. Carina Montenegro; Diálogo Social de Paracatu de Baixo, Sr. Kleber; o Gerente da Samarco Mineração S/A, Sr. Carlos Antônio Amorim; Coordenadora de Infraestrutura da Samarco, Sra. Melissa Manger; o Gerente de Geotécnica da Samarco, Sr. César Luís Alves; Gerência Institucional da Samarco, Sr. Guilherme Louzada; o Presidente da Associação de Moradores de Camargos, Sr. Adriano Márcio Dias; os moradores representantes do distrito de Camargos, Sra. Silvana Aparecida de Souza Coelho, Sra. Eliane de Melo, Sr. Elcio Luz Homem e o representante do Pároco da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Camargos, Sr. Dario Jorge Pereira. Assuntos: Torre de Celular de Camargos e placas informativas de segurança instaladas no distrito de Camargos. O presidente Marcelo esclareceu o objetivo da reunião, solicitando informações a respeito da instalação de placas de segurança no distrito de Camargos. O presidente Adriano disse que não houve um aviso prévio à população, a qual se sentiu desrespeitada. Deveria ter dado uma explanação sobre as instalações, sem isso, gerou uma série de dúvidas na comunidade, grande insatisfação. Sr. Adriano disse que o distrito tem sido deixado de lado, há um descaso total. A instalação das placas denota que o distrito está em um lugar perigoso. A dúvida da comunidade é se realmente Camargos é uma área de risco. O presidente da Associação de Moradores do distrito afirmou que ao ser considerada uma área de risco pode inibir investimentos, visitas de turistas. Segundo o presidente Adriano, a comunidade vê como exagero a quantidade de placas. Ainda, perguntou quais medidas mitigatórias para atrair turistas para o local, alavancar a economia do distrito, já que constata o fechamento de comércios. A comunidade deseja uma parceria com as empresas mineradoras de modo a desenvolver a economia local, pensando no futuro do distrito. Com a palavra, Sr. Welbert Stopa pediu desculpas porque realmente faltou diálogo em relação à colocação de placas no distrito. Houve uma falta de comunicação. A questão é que as Zonas de Autossalvamento (ZAS) devem ser sinalizadas de acordo com a nova legislação, e Camargos está dentro dessa área. De acordo com a nova Portaria 70.389/2017 o empreendedor deve realizar o estudo de "dam break", definir o mapa de inundação, elaborar o Plano de Ações Emergenciais para Barragens de Mineração (PAEBM) para o Plano de Segurança de Barragem. Essas informações técnicas são passadas para a Defesa Civil, a qual transmite à comunidade, e depois em parceria com a empresa faz a instalação dos informativos. Nesse sentido, foi feita uma reunião no dia 17 de agosto, convidando a comunidade a participar para entender o processo de simulação. As placas foram colocadas de forma legal, o erro foi ter colocado sem conversar com a comunidade. Sr. Stopa explicou que o caminho da Estrada Real está interditado temporariamente, devido ao ocorrido em Bento Rodrigues, o que influenciou na queda de turistas em Camargos. Esse problema já foi levado com o Ministério Público, tendo sido notificada a Renova para buscar uma solução para liberar a estrada. Sr. Stopa afirmou que é necessária a permanência das placas e propôs aos representantes de Camargos para elaborar melhor os informativos, os dizeres delas. Sr. Stopa explicou que o acesso à Bento Rodrigues é autorizado pela Defesa Civil. Ele já recebeu vários e-mails de pessoas pedindo autorização para

Adriano

Roberto Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

visitar Bento Rodrigues. Assim, com a liberação, Camargos voltará a receber muitos turistas. Sr. Stopa disse que as placas não significam que as estruturas das barragens estão prestes a romper, de acordo com a legislação, as barragens estão estáveis. O presidente Adriano disse que é lamentável não ter construído junto à comunidade os dizeres da placa de forma clara, sem ser depreciativa. Sobre a quantidade de placas, Sr. Adriano questionou o motivo de não ter se pensado na quantidade ideal antes. Sr. Stopa disse que a Defesa Civil segue a legislação federal, as placas são padrões em todas as comunidades jusante à barragem. O que ele propõe é rever o espaçamento e acrescentou que não é exagero a quantidade de placas instaladas. O presidente Marcelo sugeriu ao presidente da Associação de Camargos marcar uma reunião entre a comunidade, Defesa Civil e Samarco para chegar a um consenso. O presidente reforçou a importância de a Prefeitura informar à comunidade antes de se começar uma obra. Afirmou que é preciso buscar uma forma de minimizar os impactos negativos causados em Camargos. Quanto ao turismo, Sr. Elcio disse que há moradores do distrito que não dorme no local, outros já foram embora, na placa está informando que é uma área de risco. O povo de Camargos quer saber da Samarco se é uma área de risco ou não. O presidente Adriano disse que provavelmente houve um projeto para colocar a placa, assim ele gostaria de ter acesso ao estudo feito para a instalação das placas, como foi feito o mapeamento para a colocação delas. Sr. Stopa disse que pode encaminhar o levantamento para a Associação de Moradores de Camargos. Sr. Stopa afirmou que Camargos, de acordo com a nova Portaria, é considerado uma área de risco, sendo necessária a sinalização, principalmente próxima à cachoeira. Sr. Elcio disse que a comunidade quer uma garantia da empresa sobre a situação de Camargos. Sr. Stopa esclareceu que mediante os estudos de "dam break" por parte da Samarco cabe à Defesa Civil fazer a sinalização de prevenção. A moradora Silvana perguntou se Camargos tem futuro, se é possível permanecer no distrito. Sr. Elcio pediu para pararem de iludir a comunidade, são dadas apenas promessas. Sr. César pediu desculpas pela instalação das placas sem avisar a comunidade. Sobre a mancha de inundação, Sr. César disse que em 2016 e 2017 a equipe da Samarco recuperou as estruturas remanescentes das barragens, sendo a principal o Complexo Germano. Explicou que para o Plano de Segurança de Barragem de Mineração foi necessário o "dam break" (a Samarco contratou uma empresa especializada que simula através de estudos computadorizados o rompimento da barragem para conhecer a mancha de inundação, uma ruptura hipotética através dessa mancha é possível montar o plano de ações emergenciais). Ressaltou que as estruturas das barragens permanecem estáveis. São quarenta pessoas monitorando periodicamente. São feitas auditorias duas vezes por ano para atender a legislação. Há também auditorias especiais para o Ministério Público Federal e Estadual. O presidente Adriano solicitou que a Samarco apresente o cálculo para a quantidade necessária de placas no distrito. A moradora Eliane disse que a comunidade quer saber se pode continuar em Camargos. O presidente Adriano questionou se é possível alguém querer investir, se hospedar no distrito mediante os informativos. O morador Dario disse que desde quando aconteceu o acidente, do dia cinco de novembro de 2015 até o dia quatorze de setembro de 2018, não passou ninguém em sua pousada. Já aconteceu de um grupo de turistas perguntar a ele se era perigoso ou não dormir no distrito. Diante disso, Sr. Dario perguntou qual a proporção, caso ocorra o rompimento da barragem, para chegar no distrito, até que ponto poderia ser atingido. Sr. César disse que as barragens estão estáveis e acrescentou que não há problemas de rompimento neste momento. Ainda, ressaltou que a empresa Samarco está trabalhando com a máxima transparência possível, se colocando à disposição para esclarecer qualquer dúvida da comunidade. E firmou o compromisso de rever a questão da sinalização para impactar o mínimo possível. Sr. César disse que para o local pode ser analisado uma forma de passar a mensagem positiva em relação à questão das placas, demonstrando que é uma área segura. Sr. Stopa disse que a Defesa Civil entende que a comunidade pode permanecer na localidade, desde com treinamentos adequados, levantou ainda a possibilidade de reverter a ideia negativa transmitidas pelas placas por uma ideia positiva, de pensar em uma forma de promover o distrito, atrair os turistas. Sr. Elcio afirmou que quem proporcionou a área de risco deve apresentar uma solução para garantir a segurança da comunidade. A moradora Silvana disse que em Bento Rodrigues afirmavam que não aconteceria nada, mas aconteceu, de modo que ela se sente insegura agora. O secretário Braz disse que é preciso dar garantias de segurança aos visitantes. Em relação à pernoite, o secretário disse que uma equipe de bombeiros militar

Adriano
Braz



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

especializados esteve em Bento Rodrigues, foi feito um relatório e entregue ao Ministério Público, nesse documento, os bombeiros não recomendam a pernoite no local. O secretário sugeriu que essa equipe poderia fazer um relatório explicando à comunidade a situação de Camargos. O presidente Marcelo sugeriu uma divulgação, um marketing dizendo que a legislação deve ser feita, que seja realizado um trabalho de orientação explicando a questão da prevenção. O presidente Marcelo desejou que a Samarco volte com responsabilidade e colocou a comissão à disposição dos moradores de Camargos. Sr. Amorim disse que na reunião sugerida em Camargos, Sr. César pode apresentar o estudo "dam break" para a comunidade. A reunião no distrito ficou marcada para o dia 28 de setembro de 2018, às 16 horas, na comunidade. O presidente Marcelo propôs que a Fundação Renova e o Executivo participassem da reunião. Em seguida, o presidente Marcelo disse que oficiará o Secretário Braz e Stopa para fazer uma visita no distrito em Monsenhor Horta para mostrar a situação da estrada, o acesso utilizado pela Renova, que está causando trincas nas casas próximas. Dando prosseguimento à reunião, sobre o acesso à ponte que interliga Camargos e Bento Rodrigues, o presidente Adriano disse que a ponte foi entregue em julho, porém há uma pedra que dificulta o tráfego de veículos, caminhões estão tendo dificuldades de passar devido ao estreitamento. E também solicitou manutenções da estrada entre o trecho de Camargos e a ponte, ressaltando a importância de restabelecer o acesso à Bento Rodrigues, esse é um pedido da comunidade. Sr. Bernardo explicou que esse problema está dentro das propostas de reparação da Renova. Ele informou que a ponte foi concluída, ela pode ser utilizada. Já a manutenção desse acesso ainda não foi realizada, ela será feita em outubro. Em relação à pedra, foi recebido esse pedido informalmente pela comunidade, a questão é que a pedra está há bastante tempo, então a Renova está avaliando o caso, não é algo simples. É preciso um estudo para se pensar em uma solução. O presidente Adriano pediu um prazo. Sr. Bernardo afirmou que na reunião do dia 28 levará uma atualização do estudo mencionado. Sr. Bruno disse que a Renova está à disposição para o diálogo e informou que haverá investimentos na área de turismo. A vereadora Daniely leu o e-mail enviado pelo Sr. Ricardo Mascarenhas Lopes Diniz, representante da Vivo, em relação à instalação da torre em Camargos. O presidente disse que o projeto já foi protocolado na Prefeitura para avaliação conforme informado no e-mail. Sra. Lidiane disse que o protocolo foi feito hoje, a Prefeitura vai analisar e dar o parecer em relação ao alvará para liberar a execução da obra da torre. O presidente Adriano perguntou se há um prazo para a Prefeitura verificar as documentações apresentadas pela Vivo. Sra. Lidiane disse que não tem esse prazo, mas acredita que não vai demorar. O presidente Marcelo disse que encaminhará um ofício, mencionando o e-mail do Sr. Ricardo, representante da Vivo, ao Secretário Fábio para que este agilize o processo de liberação para execução da obra da torre em Camargos. A moradora Maria José assinalou que a comunidade está com sério problema de falta de água, moradores já ligaram para o SAAE, mas não obteve retorno. A pracinha está cheia de mato, há um descaso total em relação à manutenção no distrito. O presidente Marcelo disse que foi informado pela Sra. Lidiane que o Secretário Fábio analisará o processo da Vivo até dia 28 de setembro. Ainda, ressaltou que enviará um ofício ao SAAE para atender a comunidade a respeito da falta de água no distrito e outro ao Programa Mãos Solidárias para realizar a limpeza na localidade. Ainda, a comissão enviará um ofício à Secretaria de Obras, Prefeito e Vice-prefeito pedindo que seja colocado um funcionário no distrito para cuidar da água, da limpeza, da iluminação pública. O presidente Adriano disse que já essa demanda foi solicitada à Renova pedindo, como medida mitigatória, pois há uma forma de captação no distrito que poderá sanar o problema da água de vez. Em seguida, registrou-se a presença dos moradores marianenses do bairro Santana: Sr. José Roberto Pereira, Sr. Paulo Sérgio Brangioni e Sr. Djair Defanni solicitando a municipalização de imóveis do entorno da Rodovia MG-129. A comissão de obras marcou uma reunião para a próxima segunda-feira, dia 24 de setembro, às 10 horas, entre os moradores e representantes do executivo (Secretário de Obras e Procuradoria Municipal) para discutir a questão. Prosseguindo a reunião, sobre o Projeto de Lei Complementar nº65/2018, autoria do Prefeito Municipal, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 016/2004 (Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Mariana) para fins de permitir processos de reassentamento de comunidades e dá outras providências, Sr. Veber esclareceu que não está sendo criada uma área específica, é só realmente prever no Plano Diretor esse dispositivo que destina área de interesse social mencionado no projeto de lei.

Luís Carlos de Albuquerque



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

O presidente Marcelo disse que não será feita revisão do plano. A vereadora Daniely perguntou quais as previsões, se existe alguma demanda do município em relação a essas áreas especiais. O presidente perguntou porque esse projeto é diferente do de Bento Rodrigues. Sr. Veber esclareceu que no caso de Bento a característica dele é urbana, já Paracatu é misto. A advogada Carina disse que os modos de vida da comunidade de Bento eram urbanos, enquanto Paracatu é área urbana e rural. Assim para fins de parcelamento tem que ser urbano, mas garantindo o modo de vida rural. Para isso é necessária a criação de áreas de diretrizes especiais. Não havia essa previsão no Plano Diretor do Município, então para criar essas áreas deveria contar no plano esse dispositivo dando essa possibilidade. A questão de outras áreas e não só específica de Paracatu, existe os 10% de área para habitação de interesse social que já ficou acordado em ação civil pública e nas diretrizes que vai ser posterior à entrega dos reassentamentos de Bento e Paracatu. Caso venha ser escolhida uma área que não seja urbana ou de característica de expansão urbana e também não de característica rural, é possível também que se faça uma área de diretriz especial para esse loteamento. Essa área será escolhida pela Prefeitura de Mariana. A Fundação Renova somente construiria esse loteamento. Com a palavra, a vereadora Daniely afirmou que o município está atrasado na revisão do Plano Diretor. São feitos retalhos a todo momento nesse plano. A comissão entende que essa área deveria vir tratando no projeto especificamente de Paracatu. Em relação à revisão, a vereadora informou que a prefeitura já está em fase de georreferenciamento e acrescentou que há ainda a preocupação da utilização dessas áreas. Em resposta, a advogada Carina explicou que o passo legal é colocar no Plano Diretor a possibilidade de criação de área de diretrizes especiais para depois vir um projeto de lei constando a criação dessa área. Sra. Luzia, Presidente da Comissão dos Atingidos de Paracatu, esclareceu que tem uma parte que é urbanizada, outra é ruralista. A sua preocupação é com a comunidade que já não está aguentando mais, pois querem resolver a questão do reassentamento assim que possível. A vereadora esclareceu que o questionamento é quanto a legalidade da aprovação do projeto, a assessoria jurídica da Casa não julga correta a forma de construção do projeto. A proposta da reunião é esclarecer, tirar as dúvidas para se chegar a um consenso e no mais rápido possível aprovar esse projeto. A vereadora ressaltou que é de interesse dos vereadores de resolver a questão de Paracatu, até mesmo realizar uma extraordinária para aprovar o projeto. Com a palavra, o Procurador Cor Jesus afirmou que o jurídico da Casa entende que é imperfeita a técnica legislativa, falta os mapas das áreas, utiliza-se o referido projeto como áreas de reassentamento para Paracatu, sendo que não tem nada a ver com esse distrito, está sendo criado o artigo 111a. O jurídico orienta que o projeto venha com os mapas. O presidente Marcelo disse que a Casa tem entendimento de que se deve votar um projeto legal. A questão é que é necessário sanar as dúvidas. O presidente disse que não há um vereador que não queira votar o projeto de reassentamento de Paracatu. Isso é de interesse de todos os vereadores. Ele disse que os autores do projeto poderiam ter vindo antes para discutir a proposição com todos os vereadores. Assim, é prudente aguardar, ter calma. Sra. Luzia perguntou o tempo necessário para análise do projeto. O presidente Marcelo disse que é preciso se reunir com todos os vereadores para alcançar um entendimento. Com a palavra, a advogada Carina assinalou que sobre a inclusão do mapa, essa sugestão da inclusão no artigo 111a., seria descabida neste momento, porque as áreas de diretrizes especiais vão ser estabelecidas por meio de lei específica, na qual viriam os parâmetros construtivos, a forma de uso e ocupação do solo, faixa de ocupação e o mapa da respectiva área de diretrizes especiais. Cada área tem sua especificidade, de modo que não dá para colocar o mapa informando aonde vai ser a área sem qualquer parâmetro. Sr. Bruno disse que a aprovação desse projeto é necessária para dar o próximo passo no que diz respeito ao reassentamento de Paracatu. Ele colocou à disposição a equipe para explicar a todos os vereadores antes da reunião ordinária. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às treze horas e oito minutos.

Marcelo

Roberto